

RESOLUÇÃO DE QUESTÕES PARA PFN

- Situar quanto ao tema e quanto à legislação própria para a resolução da questão
- Indicar julgados referência, quando necessário
- Abordar aspectos pertinentes

Edital

18. Princípios gerais do direito processual penal. 19 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 20. Sujeitos da relação processual. 21. Inquérito policial. 22. Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. 23. Ação penal pública. Titularidade, condições de procedibilidade. 24. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. 25. Ação penal privada. Titularidade. 26. Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. 27. Ação civil. 28. Jurisdição. 29. Competência: critérios de determinação e modificação. Incompetência.

PFN. 2007. Q. 86 - No sistema processual penal acusatório, adotado pelo legislador brasileiro, pode-se apontar os seguintes elementos:

- a) processo judicial sigiloso, inquisitivo e sistema de provas tarifado.
- b) processo judicial público e juizado de instrução.
- c) processo judicial público, contraditório e defesa restrita.
- d) separação entre as funções de acusar, julgar e defender.
- e) processo judicial público, preferência para o órgão acusador e sistema de provas do livre convencimento.

PFN. 2007. Q 87. Silva, servidor do Ministério da Fazenda, apropriase indevidamente de mil litros de gasolina que seriam utilizados pelas viaturas da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fiscalização. Tendo-se concluído o inquérito policial e formulada a denúncia,

- a) o Juiz fará o interrogatório do servidor.
- b) o Juiz citará o servidor instaurando a relação processual.
- c) o Juiz notificará o servidor para responder por escrito à acusação no prazo de 15 dias.
- d) o Ministério Público arrolará as testemunhas de acusação.
- e) o servidor pedirá a extinção do processo por não haver previsão legal do delito mencionado.

- ❖ Procedimento comum X Procedimento especial para crimes afiançáveis praticados pelos funcionários públicos (crimes inafiançáveis: art. 323, CPP)
- ❖ Ordem dos atos processuais
- ❖ Notificação X Citação
- ❖ Defesa Preliminar X Resposta à Acusação

CPP. Art. 513. Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas

Art. 514. Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias

❖ Necessidade X desnecessidade de defesa – Inquérito Policial: Súmula 330 do STJ X entendimento do STF

Esta Corte Superior firmou jurisprudência no sentido da desnecessidade da resposta preliminar prevista no art. 514 do Código de Processo Penal, na hipótese de a ação penal ser instruída por inquérito policial, o que ocorreu na espécie (Súmula 330 do STJ) (STJ, HC 173.864/SP, 2015)

A partir do julgamento do HC 85.779/RJ, passou-se a entender, nesta Corte, que é indispensável a defesa prévia nas hipóteses do art. 514 do Código de Processo Penal, mesmo quando a denúncia é lastreada em inquérito policial (Informativo 457/STF). (STF, RHC 120569, 2014)

Procurador DF. 2007. Q. 98. Com relação à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em matéria penal e processual penal, marque a opção correta.

- a) No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem e, não, da data do recebimento da intimação.
- b) De acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a multa aplicada no processo penal não é considerada dívida de valor, razão pela qual não pode ser cobrada por meio de execução fiscal.
- c) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- d) Nos crimes societários, é, em regra, dispensável que a denúncia descreva exata e detalhadamente a medida da participação de cada corréu que exerça a função de gerência ou administração.
- e) Não se admite a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

a) *No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem e, não, da data do recebimento da intimação.*

Contagem de prazo no processo penal

Aplica-se às peças defensivas e às peças recursais. Não se aplica às prisões.

Disciplina geral: art. 798 do CPP

Regra 1 – não se computa o dia do começo, incluindo-se o dia do vencimento

Regra 2 – o prazo não se interrompe em dias não úteis (fim de semana e feriados)

Regra 3 – o prazo se prorroga para o dia útil subsequente quando se encerra em dia não útil

Regra 4 – o cômputo do prazo só se inicia em dia útil

Súmula 710 do STF: conta-se o prazo a partir da intimação e não da juntada do mandado

Contagem de prazos penais:

Aplica-se à prescrição, decadência, penas e prisões.

Disciplina geral: art. 10 do CP

b) De acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a multa aplicada no processo penal não é considerada dívida de valor, razão pela qual não pode ser cobrada por meio de execução fiscal.

“A jurisprudência desta Corte de Justiça firmou compreensão de que, transitada em julgada a condenação, a pena pecuniária se converte em dívida de valor, devendo ser cobrada por meio de execução fiscal, pela Fazenda Pública, nos casos de inadimplemento”. (STJ, REsp 1457589/SP, 2015)

Arts. 49 a 52 do Código Penal

CP. Art. 51 - Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhes as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

c) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

❖ Ação Penal Pública Incondicionada e Ação Penal Pública Condicionada

Legitimidade

❖ Ação Penal de iniciativa privada

Legitimidade

Súmula 714 do STF: legitimação concorrente – doutrina moderna: alternativa.

“O servidor público que tenha sido supostamente ofendido em sua honra e apresentado representação ao parquet não pode, discordando do enquadramento legal dado ao caso pelo Ministério Público, oferecer queixa-crime. Interpretação da Súmula nº 714/STF” (STJ, Corte Especial, APN 689/BA, 2013)

d) Nos crimes societários, é, em regra, dispensável que a denúncia descreva exata e detalhadamente a medida da participação de cada corréu que exerça a função de gerência ou administração.

“Tratando-se de crimes societários, não é inepta a denúncia em razão da mera ausência de indicação individualizada da conduta de cada indiciado. 2. Configura condição de admissibilidade da denúncia em crimes societários a indicação de que os acusados sejam de algum modo responsáveis pela condução da sociedade comercial sob a qual foram supostamente praticados os delitos”. (STF, HC 101286, 2011)

“Nos crimes de autoria coletiva não se exige narrativa esmiuçada e específica da conduta de cada um dos denunciados, se isso não se demonstrar possível, desde que haja um mínimo de liame com os fatos”. (STJ, RHC 58.117/AC, 2015)

“É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que não se exige a descrição pormenorizada da conduta de cada denunciado nos casos de crimes societários, mas é imprescindível que o órgão acusatório estabeleça a mínima relação entre o denunciado e o delito que lhe é imputado”. (STJ, Resp 1474419, 2015)

e) Não se admite a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Súmula 716 do STF: Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Possibilidade de prisão antes do trânsito em julgado

Prisão cautelar ou provisória – prisão preventiva e prisão temporária

Prisão em flagrante

CPP. Lei 12.403/2011. Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva

PFN 2004. Q. 10.

É direito de qualquer acusado

- a) contraditar a imputação parcial ou totalmente.
- b) defender-se limitadamente.
- c) ser considerado culpado até que se comprove sua inocência.
- d) somente falar o que lhe for indagado pelo juiz.
- e) permanecer em silêncio somente quanto às perguntas do promotor.

Direito ao contraditório e à ampla defesa – Art. 5º, LV, CF/88

Estado de inocência – presunção de inocência – Art. 5º, LVII, CF/88

Interrogatório – art. 185 e ss. – art. 187, §2º, VIII – algo mais em sua defesa

Nemo tenetur se detegere – Art. 5º, LXIII, CF/88

CPP. Arts. 259 a 267 – do acusado e seu defensor

PFN 2004. Q. 11.

Correlacione os dados referentes às fases e aos prazos do inquérito e da ação penal com o contido na coluna da direita, assinalando a opção correta

- () início de inquérito policial
- () conclusão, inquérito e réu solto
- () oferecimento da denúncia (réu preso)
- () peça inicial processo penal por crime de ação pública
- () término do inquérito policial

(1) Queixa (2) denúncia (3) portaria (4) prescrição (5) decadência (6) relatório
(7) 15 dias (8) 9 dias (9) 30 dias (10) 3 dias (11) 5 dias

CPP. Art. 4º ao 23 – Inquérito Policial

CPP. Art. 24 ao 62 – Ação Penal

PFN 2004. Q. 11.

Correlacione os dados referentes às fases e aos prazos do inquérito e da ação penal com o contido na coluna da direita, assinalando a opção correta

- (3) início de inquérito policial
- (9) conclusão, inquérito e réu solto
- (11) oferecimento da denúncia (réu preso)
- (2) peça inicial processo penal por crime de ação pública
- (6) término do inquérito policial

(1) Queixa (2) denúncia (3) portaria (4) prescrição (5) decadência (6) relatório
(7) 15 dias (8) 9 dias (9) 30 dias (10) 3 dias (11) 5 dias

CPP. Art. 4º ao 23 – Inquérito Policial

CPP. Art. 24 ao 62 – Ação Penal

PFN 2004. Q. 12 - Julgue os itens abaixo, marcando com F a afirmativa falsa e com V a afirmativa verdadeira e em seguida assinale a opção correta.

- () A queixa é necessária para instauração da ação penal pública.
- () Nos crimes de ação penal pública condicionada se faz necessária a representação do ofendido.
- () Pode haver perdão do ofendido mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- () A representação é irretratável.
- () Entre os princípios da ação penal pública, constam a oportunidade e conveniência.
- () É possível a renúncia no caso de ação penal privada.
- () A decadência é a perda do direito de punir do Estado.
- () O casamento da vítima com o autor do feito no crime de estupro extingue a punibilidade. 2005
- () A sentença que decreta o perdão judicial gera reincidência.
- () Com o recebimento da denúncia ou da queixa, tem início o processo penal e é causa interruptiva da prescrição.

PFN. 2003. Q. 68. Considerar-se-á perempta a ação penal quando,

- a) iniciada a ação penal privada subsidiária, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos.
- b) sendo o querelante pessoa jurídica, nos casos em que somente se procede mediante queixa, a empresa se extinguir sem deixar sucessor.
- c) falecendo a vítima, na ação penal pública condicionada à representação, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de trinta dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.
- d) sobrevindo a incapacidade do querelante, na ação penal privada subsidiária, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de sessenta dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.
- e) iniciada a ação penal privada, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante vinte dias seguidos.

Art. 60. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal:

I - quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;

II - quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo, ressalvado o disposto no art. 36;

III - quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais;

IV - quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

PROCURADOR DF. 2004. Q. 100 - Para a suspensão condicional do processo, exige-se como requisitos:

- a) que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime e se façam presentes os requisitos do artigo 77 do Código Penal.
- b) que o acusado seja primário e de bons antecedentes.
- c) que o juiz não especifique condições além das contidas no artigo 89, parágrafo primeiro, da Lei nº 9.099/95.
- d) que o acusado se retrate.
- e) que ocorra perdão judicial.

Lei 9099/95.

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena

PROCURADOR DO DF. Q. 99 - Augusto foi processado e finalmente condenado pelo juiz da Décima Quarta Vara da Justiça Federal, seção de São Paulo, pela prática do crime de homicídio contra sua sogra. A defesa de Augusto interpôs Recurso de Apelação, suscitando em preliminar, exceção declinatória de fórum. O princípio que norteou a suscitação da preliminar foi:

- a) Do devido processo legal
- b) Do juízo natural
- c) Do contraditório
- d) Da ampla defesa
- e) Da presunção de inocência

Art. 5º, XXXVIII, d, CF/88